

espaço estava aberto para falar sobre as emendas. A Conselheira Giovanna Gramari questiona, como secretária do Congeapa, que uma vez que seu nome consta em diversos documentos, como ela poderia tomar conhecimento antes desses documentos serem encaminhados. Claudia Esmeriz diz que no caso das emendas o Congeapa não fez nenhuma. Giovanna então reformulou sua fala dizendo ter o direito de ter conhecimento e participação de documentos públicos que constem seu nome antes de serem enviados. Claudia Esmeriz diz que todas as decisões são aprovadas pelo pleno. Andrea Struchel diz que quando a Secretaria do Verde tomou conhecimento dos pareceres 95 e 96 em relação aos PLs, ambos da Comissão de Política Urbana que vincula as emendas supressivas, modificativas e aditivas, que a Secretaria emitiu duas notas técnicas na qual foi compartilhada com o Conselho. Daniel Lapolla faz comentários sobre as propostas de emendas que a APROAPA submeteu a Câmara, uma delas relativas à moradia das áreas rurais. Disse que o plano de manejo expressa em mais de um momento que ele incentiva a atividades agrícolas, como sistemas agroflorestais, permacultura, produção de orgânicos, reconhecidamente mais intensivas em mão de obra; que em alguns casos chega a apresentar mais de 60% do custo da produção e ocupando até mais de um trabalhador por hectare. Falou sobre a questão da mão de obra que está subdimensionada e que a moradia rural deve ser compatível com a necessidade da produção e realidade social, sob pena de se inviabilizar atividades tidas como incentivadas ou mesmo agravar problemas sociais. Disse que um dos pontos que a APROAPA questiona é essa questão da moradia rural voltada à mão-de-obra e à produção. Claudia Esmeriz comenta que o conselho tem toda a liberdade de não concordar com todas as notas técnicas elaboradas pela SVDS. Daniel retoma, sobre o artigo que trata do parcelamento de solo rural e diz que a preocupação é que não existe uma especificação de exatamente em quais casos o plano de produtividade mencionado no texto do PLC é exigível, ou até mesmo, a delimitação do que é e o que deve constar nesse plano de produtividade. Angela Guirao, diz que entende a preocupação e que possa caminhar para uma proposta de emenda, em que fique mais claro, em quais casos seriam solicitados o estudo de viabilidade. A Aproapa se colocou a disposição para essas questões. Jorge Alberto, complementando a fala do Daniel, disse que na questão da revisão da redação do artigo, que o próprio conselho analisasse a Lei da Liberdade Econômica (Lei Federal 13874/2019); que ela tem uma série de restrições. Angela Podolsky disse que, considerando que uma propriedade grande, 200 hectares, vai parcelar em 100 lotes de 20 hectares, a primeira propriedade tem já que ter uma reserva legal averbada, indagou que se depois, o proprietário que compra esse de 2 hectares também tem de fazer a reserva legal no lote dele. Angela Guirao diz que acredita que mantém os 20% de reserva legal nas áreas parceladas. Marcelo Duarte, comenta que quando se faz o parcelamento, pode-se vincular uma área previamente existente num módulo menor; disse que o índice é proporcional às áreas divididas. Então é concedida a palavra ao Rodolpho Schmidt, convidado do Aproapa que comenta sobre a necessidade de nivelar as informações sobre os dois Conselhos Comdema e Congeapa e poder ter transparência nas discussões. Parabeniza ao Congeapa e ao Comdema, por ver um espaço promissor de debate e de política, reforçando a importância dos conselhos de forma que as coisas comecem a ser feitas de forma mais transparente no município de Campinas. Disse que não estão com pressa em aprovar essas emendas propostas, protocoladas na Câmara. Disse que a comunicação tem um tempo diferente nas questões públicas; que esses quatro anos que se passaram na discussão do plano de manejo talvez tenha sido pouco. Disse que o objetivo é viabilizar as áreas rurais; que para resgatar qualquer forma de produção na área rural de Campinas, não só na APA, é preciso reverter um pouco esse êxodo rural. Claudia Esmeriz, agradece e comenta que esses pontos de discussão sobre a emenda foi falha, e que merece atenção e que será feita uma reunião para discutir essas emendas com mais atenção e com mais compreensão. Repete que as notas técnicas feitas pela Secretaria do Verde podem ser acatadas ou não. Que até o fim do ano, enquanto estiver na presidência, será realizada essa reunião para esclarecimento. Marcio Ackermann, com a palavra, presta dois informes diretamente associados ao procedimento do executivo nos encaminhamentos de alteração da legislação da APA. A alteração a Lei da APA promovida pelo executivo que permitiu a supressão do fragmento florestal Santana, onde ocorre a obra da Barragem, encontra-se com uma ação civil pública, porque desrespeitou a legislação federal, Estadual e Municipal. Disse que já constam três enquadramentos pela lei de crime ambiental pelo Sr. Jonas Donizette, pelos estudos, exatamente por esses desrespeitos de não ter ouvido o Conselho. Disse que é muito temerário que o legislativo, a meses do processo eleitoral faça qualquer alteração à Lei da APA. Disse que já consta a representação civil, para que seja anulada a alteração da Lei da APA que permitiu a supressão dos fragmentos. Falou também que em breve haverá a instrução de crime ambiental. Disse que foram várias leis desrespeitadas, Municipais, Estaduais e da União; disse que há um crime ambiental envolvido que vai ser em breve instruído. Disse que é recomendável, por uma questão de prudência, que esse legislativo pré processo eleitoral, não seja mais pertinente para alterar a lei da APA; que ela pode ser feita ano que vem. Claudia Esmeriz diz que se sente feliz em saber o andamento, tendo em vista que, o que ocorreu, foi um desrespeito pelo Conselho gestor da APA pelo Prefeito de Campinas que não passou pelo Conselho. Comenta que deverá marcar uma próxima reunião para tratar das emendas. Renata Carvalho, pede a palavra, e pergunta de que forma o projeto do executivo se deu, para dizer que o Carlos Gomes tem uma infraestrutura e que pode ter habitação social. Disse que não há infraestrutura; disse que o bairro existe há 40 anos, e foi apenas loteado. Disse que é grata pela Conselheira "Nana" que conseguiu energia elétrica e depois lutou pela água; disse que o "Toninho" conseguiu fazer a Sanasa assumir o bairro. Disse que, o que a chama a atenção, não é a habitação social, é não existir saneamento básico, coleta de esgoto, infraestrutura nas ruas (guias e boca de lobo). Registrou que indo para Pedreira, mas em Campinas, há um loteamento que está sendo construído; que não sabe se já foi pedido a Prefeitura que tome providências; que se não tiverem orientação, farão descartes de coisas no rio, pois o loteamento se encontra próximo a um riacho. Claudia Esmeriz responde que sobre as questões que foram colocadas no sábado (pela Renata), o Congeapa encaminhou ofício para Secretaria do Verde. Pede que algum representante da SVDS faça um comentário sobre a colocação da Renata, sobre a AR14 ter possibilidade de receber conjunto Habitacional/Social. Andrea Struchel diz que fará uma introdução e depois passará para os demais Conselheiros - citou Gustavo D'Estefano e Paulo Tinel - por conta das obras de saneamento. Disse que a Habitação de Interesse social não vai ficar só vinculada a determinadas áreas do espaço urbano. Quanto a infraestrutura pediu complemento pelo Eng.º Gustavo D'Estefano e Paulo Tinel. Gustavo diz ser muito pertinente a pergunta da Renata e que a resposta vale para tudo que vai acontecer na APA com a aprovação dessas novas legislações. Disse que quando um novo empreendimento vai ser executado no município, seja um novo loteamento ou mesmo um condomínio de casas/pré-

dios, ele tem uma série de procedimentos em que são vistos as viabilidades de infraestrutura como um todo (se tem água, esgoto, guia e sarjeta, asfalto, drenagem pública). Uma vez que o empreendimento onde ele quer ser colocado não possui, que existem duas formas, desde que todos os outros parâmetros sejam respeitados. Uma, é que ele tem que fazer, executar a infraestrutura. Renata então comenta que, no caso das chácaras, o loteador disse também que iria fazer (infraestrutura) mas não fez; disse que coloca-se condições para o loteamento sair "certinho", mas esse é o exemplo de 40 anos atrás que não foi realizado. Gustavo diz que hoje, existe outros mecanismos; que no novo loteamento o empreendedor tem lotes caucionados enquanto não finaliza a infraestrutura; que esse lote não pode ser comercializado. Disse que quando é outro empreendimento de grande porte, existe um termo de acordo e compromisso e que o empreendedor se não cumpre, tem de compensar financeiramente; disse que a legislação avançou muito de modo que isso não aconteça mais no município. Então Paulo Tinel, fala sobre o Monte Belo e a Fazenda Gargantilha; diz que o avanço que tiveram é que o Monte Belo não é mais abastecido por poço, água proveniente do reservatório ETA3. Falou que a próxima etapa que está com recurso assegurado, é o reservatório do Monte Belo e adutora para o Gargantilha. Quanto ao esgoto, disse que estão iniciando o projeto de esgoto com os projetos de entrada no pleito de financiamento da Caixa Econômica para tentar levar estrutura completa. Tereza Penteado retoma a questão que a Renata colocou, de que há quarenta anos não se fez nada em sua região, e se entrar na Prefeitura na parte dos TACS, que são vários, porém muitos não cumpridos. Jorge Alberto Teixeira faz uma colocação quanto a questão de Habitação de Interesse Social, que o Brasil tem histórico ruim na gestão e criação de Habitação Popular, os políticos brasileiros, especialmente no século passado, entenderam que favelização é sinônimo de habitação social digna. Disse que, como Conselho, não poderá ser permitido a política do Estado. Disse que concorda que deve ter a habitação social para todas as classes sociais, mas que deve ser preservada a dignidade da pessoa humana e dignidade social; que deve ser discutido e evitar tais empreendimentos pela metade. Disse que precisa acabar com o discurso, principalmente em ano eleitoral que dará habitação popular para todo mundo, apenas com finalidade eleitoral. Claudia Esmeriz agradece a fala do Jorge Alberto e diz ser muito pertinente, e expõe que a preocupação enquanto APA é que a demanda do Movimento Moradia, apresentada pelo Sr. Cido está contemplada no projeto de Lei e que todos esses detalhes com a demanda social da APA de Campinas o Conselho estará verificando. Não havendo mais o que discutir, a presidência deu por encerrada a reunião e eu, Carlos Alberto Gregio de Oliveira lavrei a presente ata. Campinas, 01 de setembro de 2020.

Campinas, 30 de setembro de 2020
CLAUDIA ESMERIZ GUSMÃO
Presidente do CONGEAPA

MOÇÃO APROVADA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29/09/2020

Gostariamos de fazer um minuto de reflexão pelo momento trágico e monstruoso que o Meio Ambiente do Brasil está passando desde o dia 22 de abril quando naquela fatídica reunião em Brasília o 'desministro' do Meio Ambiente comunicou que, aproveitando da Pandemia em que todos estavam focados, iriam "abrir a porteira e passar a boiada". Desde então o Brasil de norte a sul arde nas brasas da ignorância, da irresponsabilidade, do crime, do negacionismo, da barbárie. Então, nossa solidariedade aos povos indígenas, ribeirinhos, pantaneiros, quilombolas, fazendeiros do bem, animais silvestres, queimados e os mortos, e vamos continuar nossa luta pela biodiversidade humana, animal, vegetal e hídrica da APA de Campinas de maneira sustentável, próspera e saudável. (Inspirado em reportagem do jornalista André Trigueiro)

Campinas, 30 de setembro de 2020
CLAUDIA ESMERIZ GUSMÃO
Presidente do CONGEAPA

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E AUTARQUIAS

HOSPITAL DR. MÁRIO GATTI

HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI - HMMG

ADENDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2020
PROCESSO Nº HMMG.2020.00000710-91
OFERTA DE COMPRA Nº 824410801002020OC00052

A Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, por intermédio da Senhora Pregoeira, em virtude de revisão do conteúdo, comunica aos interessados que RETIFICOU a redação do objeto, nos seguintes termos:

Onde se lê:

OBJETO: Registro de preço de materiais cirúrgicos para ortopedia - Prótese de Quadril, parafusos canulados e outros - *Padronizados pela Tabela SUS*, em regime de consignação com comodato de equipamentos.

Leia-se:

OBJETO: Registro de preço de materiais cirúrgicos para ortopedia - parafusos canulados, cimento e outros - Padronizados pela Tabela SUS, em regime de consignação com comodato de equipamentos.

Ficam mantidas todas as demais condições do Pregão Eletrônico nº 79/2020 e seus anexos, no que não colidirem com as deste Adendo.

Campinas, 30 de setembro de 2020

MARILDA LARA
Pregoeira da Rede Mário Gatti

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

A Instituição Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, vem justificar a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos da fonte de recurso 0001.310000, conforme preconiza o Artigo 5º Lei 8666/1993, mediante razões de relevante interesse público, para que não haja desassistência aos pacientes. A lista com o rol dos credores que serão pagos encontra-se na página da internet www.hmmg.sp.gov.br. Comunicado 10/2020.

Campinas, 30 de setembro de 2020

DR. MARCOS EURÍPEDES PIMENTA

Diretor Presidente da Rede Municipal Dr. Mário Gatti, de Urgência, Emergência e Hospitalar